

Da morte em família à babá de Freud: homenagem a Mariza Corrêa*

Heloisa Pontes**

Resumo

Este artigo, uma homenagem à Mariza Corrêa, aborda dois de seus escritos mais importantes: *Morte em família* (1983) e “A babá de Freud e outras babás” (2007). No primeiro, Mariza desvelou as articulações entre gênero e classe que perpassam a ordenação jurídica dos crimes cometidos por homens e mulheres em relações de conjugalidade. No segundo, seu penúltimo artigo, o assunto da babá de Freud é o acicate para examinar a tessitura esgarçada das relações entre classe e raça no país. Longe de ser um assunto “menor”, Mariza mostrou que o tema das babás é relevante tanto para o entendimento da economia dos afetos como para a reflexão feminista no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Mariza Corrêa, Gênero, Classe, Raça, Feminismo.

* Recebido em 23 de fevereiro de 2018, aceito em 18 de setembro de 2018.

** Professora titular do Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. helopontes@uol.com.br / <http://orcid.org/0000-0003-1563-7613>

Minimalista e discreta, Mariza Corrêa se apresentava, assim, no texto de abertura de seu currículo lattes, escrito por ela na terceira pessoa:

Foi professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp durante trinta anos e atualmente é pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade, no qual coordena um Projeto Temático da Fapesp sobre gênero e corporalidade. Integra o corpo docente da Área de Gênero no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Bolsista do CNPq. Ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

Avessa ao exibicionismo mundano, ela era elegantíssima no trato e nas vestimentas e, sempre, eloquente em seus textos. Mariza tinha paixão pela literatura, pela antropologia, pela palavra escrita. Ela foi uma das primeiras pessoas que conheci a usar com desembaraço o e-mail numa época em que o correio eletrônico era novidade em nosso meio. Nesse suporte, comunicava-se com gosto e registrava tudo, inclusive seu horror ao módulo de quatro horas aula, introduzido no curso de ciências sociais da Unicamp na virada do milênio. Em 24 de março de 2000, ela anotou:

Helô, estou chegando da aula e não consigo dormir ainda, claro. A aula estava engraçadíssima: tenho dois alunos piradinhos que hoje levaram o cachorro deles para assistir o curso: ele (o cão) se chama Cogumelo. Por aí dá para inferir o tom desses dois, não? No intervalo o cão foi para o bar – parece que primos cruzados (o tema da aula) era demais para ele. Vamos ver se resisto até o final do semestre Outra desses dois: pergunto: – casamento hipergâmico e hipogâmico, qual é a diferença? O menino diz: “Bem, tomemos três pessoas...”. Risada geral até dos ignaros. Meu relóginho interno ainda não se adequou ao famoso módulo quatro: depois de três horas de aula, tenho a impressão de estar há um mês com os alunos numa ilha

deserta (por que será que isso não acontece nos cursos de mestrado e doutorado?).

O humor fino de Mariza contrasta com o tema inquietante e trágico de seu primeiro ensaio de fôlego, *Morte em Família*¹, centrado nos crimes de homicídio e tentativas de homicídio, ocorridos em Campinas nas décadas de 1950 e 60. Conhecidos como “crimes da paixão” por envolverem a morte de um dos cônjuges, em sua maioria mulheres, eles eram julgados segundo um arranjo próprio da lógica jurídica e dos valores dominantes que definiam o papel de homens e mulheres na sociedade brasileira do período – e não só, como temos visto recentemente à exaustão.

O mérito do livro de Mariza é duplo: desvendou, e de maneira definitiva, as articulações entre gênero e classe que perpassam a ordenação jurídica; mostrou a força da análise antropológica quando aplicada, com rigor e complexidade, a domínios precisos e inesperados da vida social. Surpreendente também é a maneira como Mariza encaminha a reflexão sobre a construção de seu objeto de estudo. No lugar de tomar as fontes da pesquisa, no caso os processos jurídicos, apenas como lugar de onde o pesquisador retira informações sobre os crimes em questão, Mariza desvelou a lógica social e simbólica investida nesse material. Valendo-se dos ensinamentos da antropologia social inglesa, ela levou a cabo aquilo que, segundo Bourdieu (1982:10), é um dos desafios centrais da sociologia: compreender “as categorias de pensamento impensadas, que delimitam o pensável e predeterminam o pensado”.

Tal foi bússola que orientou Mariza pelos meandros dos processos jurídicos, entendidos, com o auxílio da noção de fábula, como uma construção específica da realidade. São os autos e não os atos o foco central da sua análise. A escolha da palavra fábula para designar essa ordenação, enfatiza a ideia de

¹ Cf. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais* (Corrêa, 1983).

que os fatos [a que se referem os processos] estão suspensos, de que não há mais a possibilidade de revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime (Corrêa, 1983:26).

O objeto desse livro concentra-se, assim, nas maneiras pelas quais o aparato jurídico processa a morte de uma pessoa pela outra, quando ambas estão envolvidas em relações legais ou consensuais de casamento. Servindo de mediador entre os acontecimentos, o aparato jurídico transforma os acontecimentos em autos, selecionando alguns, excluindo outros. Nesse contexto, os fatos viram versões e o concreto perde quase toda a importância. O debate se dá fundamentalmente entre os atores jurídicos, “cada um deles usando a parte do ‘real’ que melhor reforce o seu ponto de vista”. O real, nas palavras de Mariza, é “processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência” (Corrêa, 1983:40).

O aparato jurídico ordena a realidade de acordo com as normas legais pré-estabelecidas, isto é, escritas. Atualizando-as também por meio das normas sociais não escritas, que estão na base da diferenciação e da assimetria estrutural das relações de gênero na nossa sociedade. Como mostra Mariza, se todos os protagonistas dos casos que ela pesquisou cometeram a quebra da norma “não matarás”, nem todos foram julgados da mesma maneira, tampouco receberam punições iguais. O que determinava a absolvição ou a gradação da pena dependia da quebra (ou não), por parte dos acusados, de outras normas sociais.

Praticando uma análise eminentemente relacional, avessa a tipificações essencialistas, Mariza mostrou que os processos de homens que mataram suas mulheres só são compreensíveis, do ponto da sua ordenação e codificação pela ordem jurídica, quando vistos em conjunto com os processos de mulheres que

mataram os maridos. O dever mais enfatizado para as mulheres era o da fidelidade. A esse dever correspondia o direito dos homens que podiam, além de exigir a fidelidade, punir o seu não cumprimento. Mas para poder exigir plenamente esse direito, os homens tinham que se adequar à identidade social do marido, cuja principal obrigação era ser o provedor do lar, responsável pela sua manutenção. A esse dever estava ligado o direito das mulheres, não de punir o seu não cumprimento, mas de buscar novas áreas de proteção. A defesa da honra, essa figura jurídica perversa que se aplicava aos crimes perpetrados pelos homens, tinha como contrapartida a legítima defesa no caso das mulheres, cujo ato extremo – matar o companheiro ou marido – poderia ser entendido como a única resposta à ação violenta iniciada pelo cônjuge. Se concedida a absolvição, era menos o crime que era julgado e mais a “situação em que ele foi cometido e a biografia de quem o cometeu” (Corrêa,1983:310).

Esse resumo sintético do argumento analítico do livro e do embasamento que o sustenta, embora insuficiente para a apreensão de toda a complexidade da análise desenvolvida por Mariza, permite aquilatar a sua importância e inferir as razões de seu impacto. Para contextualizá-las, quero mencionar ainda duas contingências que as recobrem. A primeira, feliz, advém do fato de ter sido escrito como uma dissertação de mestrado, num tempo em que nem os alunos, nem os orientadores eram tão pressionados pelo tempo como hoje. Não que a autora fosse lenta, pelo contrário. Jornalista de formação, ela dominava bem as manhas da escrita quando se reorientou profissionalmente para a antropologia. Por isso, redigiu o trabalho num ritmo mais rápido que o habitual na época. Sorte dela, da orientadora, Verena Stolcke, e da Fundação Ford que financiou a pesquisa. Sorte, sobretudo, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social que, criado, em 1971, graças à acertada iniciativa e coordenação de Antonio Augusto Arantes, tem a honra de ter esse trabalho como seu primeiro mestrado. Defendido em 1975, dois anos depois do ingresso de Mariza como aluna e um ano antes

dela se tornar professora da Unicamp, ele foi examinado por Roberto DaMatta e Peter Fry.

A segunda contingência refere-se à trajetória da autora. Tendo morado no início dos anos de 1970 nos Estados Unidos, onde o movimento feminista era muito forte, Mariza se espantou ao voltar para o Brasil com o silêncio que acompanhou a absolvição do engenheiro Roberto Lobato. Em 1973, ele matou a tiros a ex-mulher, Jô Souza Lima, em crime alardeado na imprensa, por envolver membros conhecidos da elite mineira. O interesse de Mariza pelo tema, suscitado por uma dosagem bem calibrada de feminismo e inquietação intelectual, resultou nesse estudo, redigido como “um exercício penoso”, na medida em que parecia à autora pouco eficaz diante da situação terrível dos chamados crimes da paixão. Os quais tornam visível a violência institucional e sistemática, dirigida não apenas contra as mulheres, mas contra todos os que, não podendo contar com o auxílio de especialistas da justiça, se veem compelidos “à intimidação, à violação constante das mínimas proteções legais, à tortura” (Corrêa, 1983:16).

Ainda bem que as dúvidas que atormentaram Mariza naquela ocasião não a impediram de levar adiante a pesquisa, defender a tese e publicar esse livro vigoroso e pioneiro, referência obrigatória para o entendimento das intrincadas conexões entre as relações de poder, de gênero e de classe na sociedade brasileira.

Se, em 1975, Mariza tinha dúvidas sobre a eficácia do seu estudo, cinco anos depois elas seriam descartadas. Não por um ato de vontade individual da autora, mas pela entrada definitiva do tema da violência de gênero nas bandeiras de luta do feminismo. No dia 10 de outubro de 1980, em ato público realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, foi lançado o SOS-Mulher. Às seis horas da tarde, o júri popular encarregado de julgar os dois casos de assassinatos contra mulheres, praticados pelos respectivos maridos e cometidos em São Paulo nos meses de agosto e outubro daquele ano, deu início à manifestação. O

júri, em forma de um esquete de teatro liderado pela atriz Ruth Escobar, considerou culpados os assassinos de Esmeralda Dias e de Anne Marie Armichaub. Pediu-se a punição para aqueles homens que matam suas mulheres. Pediu-se também justiça para as mulheres.

A violência contra as mulheres deixava de ser um assunto privado, restrito ao âmbito familiar e confinado ao ordenamento jurídico, para ser apreciada e entendida como um problema social e político de largo alcance. “Quem ama não mata” tornou-se o lema desse evento, que culminou na realização da primeira passeata feminista na cidade de São Paulo (Pontes, 1986).²

Morte em família entrava, assim, na história. Do feminismo e da antropologia brasileira.

A atração de Mariza pelo assunto das babás, assunto de seu penúltimo artigo (2007) ligava-se ao seu interesse pelas fantasias corporais, pela sexualidade do ponto de vista das crianças, pelas variadas formas de família, pelas leituras que ela vinha fazendo na área da psicanálise.

Quando li o artigo pela primeira vez, ele me pareceu, como tudo que ela escrevia, fascinante. Mas não atinei, naquele momento, com a sua potência para o desvelamento de dimensões cruciais da sociedade brasileira. Ao relê-lo recentemente, me dei conta que havia bem mais que a demonstração do espírito irrequieto e visionário de Mariza. O assunto da babá de Freud era o acicate para examinar pelo avesso a tessitura esgarçada das relações entre classe e raça no país. Longe de ser um assunto “menor”, Mariza mostrou que o tema das babás é de

² A descrição detalhada desse evento encontra-se em minha dissertação de mestrado, “Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas”, defendida em 1986, dois meses depois da defesa de “O Negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente”, de autoria de Nestor Perlongher. Colegas de turma, Nestor e eu fomos os primeiros orientandos de Mariza.

grande relevância, não apenas na economia doméstica e na economia dos afetos, do século XIX, em Viena e alhures no mundo que se industrializava, mas também para uma reflexão feminista do Brasil contemporâneo (Corrêa, 2007:64).

O interesse de Freud pelas babás, decorrente de sua autoanálise e da análise de alguns de seus pacientes mais famosos, está na origem da elaboração da “teoria da sedução”. Por isso e para avançar o assunto, Mariza inicia o artigo com um resumo dessa teoria.³ Em 1896, Freud publicou um ensaio polêmico, no qual atribuiu a causa da histeria a um trauma sexual sofrido por suas pacientes e também por alguns pacientes homens, que incluía desde atentados ao pudor até abusos sexuais cometidos por membros das famílias deles – tios, pais, irmãos, tutores, colegas de escola e babás. Nas palavras de Freud, o trauma era causado, “infelizmente e com grande frequência [por] um parente próximo” (*apud* Corrêa, 2007:65). Um ano depois, Freud duvidou dessa inferência e escreveu a Fliess: “Não acredito mais na minha neurótica [teoria das neuroses]” (*apud* Corrêa, 2007:65). Apesar de ainda mencioná-la, Freud passou a tratar essas denúncias como fantasias de seus pacientes.

Figuras constantes e necessárias nos lares burgueses vienenses, as babás eram onipresentes no romance familiar dos círculos de Freud e de seus pacientes, como o menino Hans, que tinha fobia por cavalos, cavalgava a empregada e a intimava a tirar a roupa. “A mãe boa e a babá má, ou a babá boa e a babá má aparecem constantemente nas análises de Freud, como se muitos de seus pacientes repetissem a sua trajetória de menino” (p.71).

³ Sigo aqui o raciocínio de Mariza tal como exposto no artigo em tela. Por se tratar de uma leitura colada ao texto, transcrevo nesse segmento as linhas de força argumentativa, o andamento narrativo e as evidências empíricas mobilizadas. Para não sobrecarregar a exposição com a menção reiterada à data de publicação do artigo, indico apenas o número das páginas de onde retirei as passagens citadas.

A intromissão das babás – ou das classes subalternas – nos lares burgueses é retomada como objeto de análise histórica por Anne McClintock, em *Couro Imperial*. Ao articular as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, McClintock sugere, segundo a leitura de Mariza, que

a figura liminar da babá ou da criada – sempre na porta entre a casa e a rua, a família e a perdição – mostra que a cisão vitoriana entre a mulher boa e a má – a santa e a puta – teve origem não num arquétipo universal, mas na estrutura de classe da unidade doméstica (p. 87).

As “nossas babás”

Tendo como fio condutor a autoanálise de Freud (reveladora das fantasias interiores e de sua duplicação na mãe boa/babá má), Mariza se vale da noção de abjeção de Anne McClintock para sair da Europa e apontar a especificidade das babás no Brasil, lembrando que “o abjeto é algo rejeitado, mas do qual não nos separamos” (p.74). A abjeção “supõe alguma coisa que incorporamos na infância e da qual não podemos nos livrar: um fascínio ou uma repulsa” (p.76).

O pulo do gato de Mariza para analisar as “nossas babás” e, assim, descortinar dimensões perversas e persistentes da estrutura social brasileira, se firma com a evocação de figuras famosas da nossa intelectualidade, como Machado de Assis, Rui Barbosa e Gilberto Freyre, e os vínculos que eles tiveram com as babás e as criadas. Do convívio íntimo com as “mães pretas”, teria se originado e se desenvolvido a atração dos brancos, quando adultos, pelas mulheres negras, segundo Gilberto Freyre. Em *Casa Grande e Senzala*, ele traça

um convincente retrato da intromissão das mulheres ‘de cor’ na vida íntima da família brasileira branca, ou nem tanto, que teria resultado, segundo ele, numa convivência também íntima entre brancos e negras no nosso país – ainda que raramente o vice-versa (Corrêa, 2007:82).

Essa atração parece ter se cristalizado, nas palavras de Mariza, “no mito brasileiro da ‘mulata gostosa’, que só pode se constituir pela negação da negra preta” (p.82). Se a mãe preta dá lugar à mulata no imaginário brasileiro, isso não resultaria, pergunta-se Mariza, da “ambivalência entre as duas mães – a preta e a branca?” (p.82)

O que se nega e o que se incorpora dessa convivência afetiva na infância ainda estava para ser analisado, pondera Mariza. Observando, no entanto, qualquer vizinhança de um bairro de classe média brasileira, nota-se a persistência da convivência cotidiana de crianças brancas com babás negras.

A agudeza analítica de Mariza está em questionar o que é negado e o que é incorporado dessa experiência afetiva infantil, aproveitando a sugestão de McClintock sobre a duplicidade presente na unidade doméstica vitoriana, para sublinhar a ambiguidade que as babás (desdobradas na figura da ama de leite/criada/empregada doméstica) encarnavam no Brasil do século 19 e carregam ainda hoje. Para dar densidade morfológica a esse “hoje”, Mariza cita a estatística oficial de 2006 (lembrando que o artigo é de 2007): “94,3% dos trabalhadores/trabalhadoras domésticos eram mulheres e 61,8% deles, ou delas, são pretos ou pardos” (p.80).

Atacada na literatura ficcional ou médica, ou retratada em registro sentimental pelas famílias, a babá/ama de leite

corporificava uma figura ambígua, que podia ser boa e má *ao mesmo tempo*. Tal ambiguidade só seria [desfeita] com a decidida defesa, por parte dos médicos, do aleitamento materno e o conseqüente ataque às “amas mercenárias” – tanto negras como brancas que entravam no mercado com a imigração – quando, então, sua figura se desdobraria em mãe-boia/ama-má (p.83, grifo no original).

A reiterada utilização de mulheres pobres e mais escuras como babás recola a ambiguidade da relação da criança com essa trabalhadora e as “ansiedades familiares em relação [a ela] que, quando vista de maneira benigna é ‘como se fizesse parte da

família’, e quando vista de maneira maligna, é alguém que traz os males do mundo para dentro de casa” (p.84).

Por isso, segundo Mariza, mais de um século depois de Freud ter abandonado a teoria da sedução, ela continua a ser evocada

para nomear o “perigo” (ou o fantasma) que ronda as famílias de classe média e de elite. Isto é, um fantasma (ou perigo) exterior – que renega, ou esquece, os “perigos interiores” produzidos nas próprias famílias e postos, há muito tempo, em cena por vários analistas (p.85).

É essa cena psicanalítica, desvelada em chave antropológica, que Mariza dá a ver, ao refletir sobre a maneira como as babás ocupam a posição de segunda mãe de crianças em vastas áreas do mundo. Essa cena, sublinha Mariza, nos ajudar a refletir sobre a maneira como os cruzamentos das categorias socialmente subordinadas com as categorias de idades incidem na experiência da infância e em sua importância para a vida adulta. Isto é, de um lado, as babás, subordinadas pela posição de raça, classe ou idade (em função do pertencimento a grupos étnicos, migrantes, imigrantes) e, de outro lado, os bebês e as crianças de outras classes sob os cuidados delas.

Vistas e sentidas como “perigos” que vêm do exterior (de fora para dentro, da rua para a casa, do público para o privado), as babás, embora imprescindíveis no gerenciamento da cotidiano doméstico dos segmentos privilegiados, põem em risco, no plano da fantasia e da autopercepção daqueles que as empregam, as relações familiares. Guardiãs de uma história que poucos conhecem, elas “trazem para dentro de casa dimensões espinhosas da intersecção estrutural entre as classes no Brasil” (p.86). Por isso, prossegue Mariza, a notícia veiculada em 2006, do espancamento gratuito sofrido por uma empregada doméstica num ponto de ônibus, cometido por rapazes de classe média carioca, “apontava para um problema maior do que o exposto

nos *faits-divers* dos jornais, ou nos comentários indignados de editoriais e cartas de leitores” (p.86).

Esse acontecimento escancarava a “intersecção estrutural entre as classes no país, historicamente presente há muito tempo e que remete, quem sabe, à questão de os jovens estarem tentando se desferrar na rua, da abjeção que incorporaram em casa” (p. 87). Lembremos que o abjeto é “algo rejeitado, mas do qual não nos separamos” e que a noção de abjeção “supõe alguma coisa que incorporamos na infância e da qual não podemos nos livrar: um fascínio ou uma repulsa” (p.76).

Assim, conclui Mariza, sendo a abjeção um conceito que expressa incorporação e expulsão (que traz para dentro e põe para fora), ela ganha no caso brasileiro uma potência analítica redobrada para pensar as relações e os engates arranhados entre as classes e sua incidência na experiência crucial da infância.

Nas palavras de Mariza, “talvez nós, feministas, devêssemos nos dedicar mais a refletir sobre isso” (p. 87). A convocação da militância feminista reverbera a posição de antropóloga atenta aos dissensos e às fantasias corporais, esquadrihados a partir da ótica das convenções antropológicas, assunto de sua última pesquisa. Iniciada pela questão das mutilações genitais femininas, ela desaguou nas mutilações genitais masculinas nas sociedades ocidentais, feitas sob a forma de intervenções cirúrgicas nos corpos de crianças para corrigir o que se considera uma ambiguidade sexual. Nelas é o corpo masculino que tende a ser feminizado em grande escala, pois os médicos partem do suposto que é mais “fácil criar uma vagina, como um órgão passivo, do que um falo, com ereção e dimensão suficientes” (Corrêa, 2004:129).

Valendo-se da noção, cara à história da arte, de convenção, Mariza evidencia como o tratamento analítico dispensado pelos antropólogos ao assunto reitera a partilha entre ocidentais e não ocidentais. Quando praticada entre os primeiros, a mutilação genital, além de pouco abordada, é recoberta pelo manto do segredo. Entre os segundos, é tratada na chave do sagrado. Tais eram as duas convenções antropológicas expostas na bibliografia compulsada por Mariza até ela mirar o tema de frente, embaralhar

as fronteiras e mostrar que as “convenções – e o dissenso em relação a elas – mantêm uma relação mais intrincada do que [nós, antropólogos] usualmente acreditamos” (Corrêa, 2004:130). Advém daí o seu empenho em não orientalizar práticas que acontecem também dentro das nossas sociedades e usar a grade conceitual da antropologia para compreender, “as semelhanças entre as nossas práticas e as práticas levadas a efeito alhures” (Corrêa, 2004:131).

Como antropóloga e feminista, Mariza revelou, com maestria, em sua obra e na sala de aula que trabalho intelectual para ser vigoroso exige um tipo específico de curiosidade que deve ser praticada com obstinação por todo pesquisador digno do nome. Não a curiosidade que procura assimilar o que convém conhecer, mas aquela que, nas palavras precisas de Foucault (1984:13),

nos permite separar-nos de nós mesmos. De que valeria a obstinação do saber – indaga-se o filósofo – se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?.

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se podemos pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é essencial para continuar a olhar ou refletir” (Foucault, 1984:13). Sábias palavras de Foucault que, tomadas de empréstimo, cabem com perfeição para sintetizar a importância do trabalho autoral de Mariza e o tamanho do impacto dela e de sua obra.

Tendo a sorte e o privilégio de ter me iniciado na aventura, incerta, tumultuada e empolgante da pesquisa acadêmica pelas suas mãos, posso agora, valendo-me da minha condição de ter sido a sua primeira orientanda, embaralhar a cronologia da memória. Situações como esta em que homenageamos pessoas tão fundamentais são também momentos de afirmação do que vale (e não vale) a pena de ser vivido, inclusive no plano da vida

profissional. Ninguém melhor que Décio de Almeida Prado, o nosso grande historiador do teatro brasileiro, sintetizou isto, quando, há muitos anos, enfatizou a importância que a Faculdade de Filosofia da USP teve em sua vida. Nas palavras de Décio (1989:11), a faculdade lhe “deu tudo ou quase tudo: mulher, amigos, ganha-pão, interesses intelectuais, métodos de pensar”. Tenho certeza, por tudo que Mariza fez na e pela universidade, que a experiência de Décio foi também a dela.

Por isso e muito mais que não posso escrever aqui, quero expressar a minha mais profunda gratidão por tudo que eu e todos os seus orientandos e orientandas, alunos e alunas, colegas, amigos e amigas, aprendemos com ela. Muito obrigada, Mariza!

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Leçon sur la leçon*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CORRÊA, Mariza. Convenções culturais & fantasias corporais. In: PEIXOTO, Fernanda; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia (org.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, pp.123-134.
- CORRÊA, Mariza. A babá de Freud e outras babás. *cadernos pagu* (29), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2007, pp.61-90.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- PERLONGHER, Néstor. O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Unicamp, Campinas, SP, 1986. (orientada por Mariza Corrêa)
- PONTES, Heloisa. Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Unicamp, Campinas, SP, 1986. (orientada por Mariza Corrêa)
- PRADO, Décio de Almeida. 50 anos depois. *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 1989, p.11. [Reprodução do discurso de Décio lido na

sessão de homenagem prestada pela FFLCH, em 27 de abril de 1989, à 3ª turma (1938) da antiga Faculdade de Filosofia, por ocasião da comemoração dos 50 anos de sua formatura].